

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2016

**SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA – SEGE**
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO – SEFAZ**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico da Receita Estadual
Tecnologia da Informação**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P2)****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A igualdade de acesso à educação de qualidade é essencial.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Tributário e Legislação Federal**

1. De acordo com a definição do Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação
 - (A) compulsória, em moeda ou em quaisquer tipos de bens e direitos, cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa ou judicial plenamente vinculada.
 - (B) pecuniária compulsória, em moeda ou em quaisquer tipos de bens e direitos, cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa ou judicial plenamente vinculada.
 - (C) compulsória, preferencialmente em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
 - (D) pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
 - (E) compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua ou não sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa ou judicial plenamente vinculada.

2. Um Município brasileiro criou, por meio de lei, uma determinada exação, a ser paga pelos habitantes daquele Município, em decorrência da realização de obra pública que culminou com o incremento do turismo na cidade e que também aumentou o faturamento do comércio da região. À luz das normas do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal, interpretadas sistematicamente, essa exação
 - (A) denomina-se taxa e esse Município tem competência para instituí-lo.
 - (B) é inconstitucional.
 - (C) denomina-se contribuição social e esse Município tem competência para instituí-lo.
 - (D) denomina-se contribuição de melhoria e esse Município tem competência para instituí-lo.
 - (E) denomina-se imposto e esse Município tem competência para instituí-lo.

3. De modo geral, a Constituição Federal não contém normas referentes à base de cálculo de tributos, mas esse fato não impede que ela, em alguns casos, estabeleça regras que digam respeito à base de cálculo deles. Uma dessas regras constitucionais estabelece que
 - (A) as taxas e as contribuições de melhoria não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
 - (B) os impostos não poderão ter base de cálculo própria das taxas.
 - (C) as taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia não poderão ter a mesma base de cálculo das taxas cobradas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.
 - (D) serão inconstitucionais, tanto o imposto como a taxa, quando ambas tiverem a mesma base de cálculo.
 - (E) as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

4. A Constituição Federal atribuiu às leis complementares federais várias funções, dentre as quais, a de
 - (A) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a definição de tributos e de suas espécies.
 - (B) estabelecer normas gerais sobre obrigação, lançamento e prescrição tributários, bem como fixar a alíquota dos impostos federais.
 - (C) reduzir ou ampliar as limitações constitucionais ao poder de tributar.
 - (D) dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, exceto quando se tratar do ICMS, cujos conflitos se resolvem por meio de convênios entre os Estados e o Distrito Federal.
 - (E) estabelecer normas atinentes à definição dos fatos geradores, das bases de cálculo e dos contribuintes dos tributos discriminados na Constituição Federal.

5. A Constituição Federal atribui competência aos Estados para instituir o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. De acordo com o texto constitucional, esse imposto terá
 - (A) bases de cálculo reduzidas e alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
 - (B) alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
 - (C) alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
 - (D) suas hipóteses de isenção e de não incidência determinadas mediante convênio entre os Estados.
 - (E) suas hipóteses de isenção determinadas mediante convênio entre os Estados.



6. Relativamente às isenções tributárias, é correto afirmar, com base na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional que
- I. a concessão de isenção para impostos não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, salvo disposição de lei em contrário.
 - II. cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções referentes ao ICMS serão concedidas e revogadas.
 - III. cabe à lei complementar regular a forma e as condições como isenções relativas ao ISSQN serão concedidas e revogadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
7. O pagamento do crédito tributário é apenas uma das formas de sua extinção. De acordo com o Código Tributário Nacional, também extinguem o crédito tributário
- (A) a remissão e a anistia.
 - (B) a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a decisão judicial passada em julgado.
 - (C) o depósito integral do crédito tributário e a conversão desse depósito em renda.
 - (D) o parcelamento e a consignação em pagamento.
 - (E) a transação e a prescrição.
-
8. Uma vez constituído o crédito tributário, este deve ser pago no local e no prazo indicado na legislação tributária. De acordo com o Código Tributário Nacional, se a legislação NÃO dispuser a esse respeito, o
- (A) vencimento do crédito ocorrerá dez dias depois da data em que foi efetuado o lançamento.
 - (B) pagamento do tributo deverá ser efetuado na repartição competente do domicílio do contribuinte ou do responsável.
 - (C) vencimento do crédito ocorrerá cinco dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
 - (D) pagamento do tributo deverá ser efetuado na rede bancária do domicílio do devedor.
 - (E) vencimento do crédito ocorrerá quinze dias depois da data em que se considera ocorrido o fato gerador.
-
9. O § 4º do art. 162 do Código Tributário Nacional – CTN estabelece que *a perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, não dão direito a restituição, salvo nos casos expressamente previstos na legislação tributária, ou naquelas em que o erro seja imputável à autoridade administrativa*. Em muitas outras hipóteses, porém, essa restituição é possível.

De acordo com o CTN, o sujeito passivo tem direito à restituição total ou parcial do tributo, no caso de

- (A) pagamento de tributo com erro na identificação do sujeito passivo, desde que, neste caso, tenha havido prévio protesto por essa restituição.
 - (B) cobrança de tributo indevido, mas não no de pagamento espontâneo desse tributo.
 - (C) pagamento de tributo com erro na determinação da alíquota aplicável, desde que, neste caso, tenha havido prévio protesto, e também no caso de erro na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.
 - (D) cobrança de tributo a maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, independentemente de prévio protesto.
 - (E) reforma de decisão condenatória, desde que tenha previamente protestado por essa restituição.
-
10. De acordo com o Código Tributário Nacional, a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro,
- (A) será feita somente a quem prove haver assumido o referido encargo, e desde que o pagamento não tenha sido feito em razão de caso fortuito ou força maior.
 - (B) será feita somente a quem prove a condição de contribuinte, vedada a restituição a responsável tributário.
 - (C) somente será feita, se o interessado comprovar que está expressamente autorizado por terceiro a recebê-la, no caso de o encargo ter sido efetivamente transferido a este terceiro.
 - (D) não poderá ser feita.
 - (E) será feita ao interessado, mesmo no caso de o encargo ter sido transferido a terceiro, podendo a autoridade administrativa solicitar a comprovação de que este interessado está autorizado a recebê-la.



11. De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, o lançamento tributário é efetuado e revisto de ofício
- (A) pela autoridade administrativa, quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
 - (B) pelo sujeito passivo, quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
 - (C) pela autoridade judicial, quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação e tal fato constituir crime.
 - (D) por funcionário público efetivo, não pertencente ao ente tributante, quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou.
 - (E) pelo sujeito passivo, quando a pessoa legalmente obrigada, deixe de atender a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.
-
12. Quando o lançamento tributário é efetuado com base em informações prestadas à autoridade administrativa pelo sujeito passivo ou por terceiro, na forma estabelecida pela legislação tributária, e sendo essas informações indispensáveis à efetivação do referido lançamento, estamos diante de uma modalidade de lançamento que, de acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, é conhecida como lançamento
- (A) por homologação.
 - (B) informativo.
 - (C) de ofício.
 - (D) direto.
 - (E) por declaração.
-
13. O Código Tributário Nacional tem um capítulo dedicado à interpretação e integração da legislação tributária. De acordo com esse Código, a
- (A) suspensão da exigibilidade do crédito tributário deve ser interpretada teleologicamente.
 - (B) outorga de isenção deve ser interpretada sistematicamente.
 - (C) concessão de benefícios fiscais deve ser interpretada historicamente.
 - (D) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias deve ser interpretada literalmente.
 - (E) exclusão da condição de responsável tributário deve ser interpretada restritivamente.
-
14. De acordo com o Código Tributário Nacional, as taxas cobradas
- I. pela União, no âmbito de suas atribuições, têm como fato gerador, dentre outros, o exercício regular do poder de polícia.
 - II. pelos Municípios, no âmbito de suas atribuições, têm como fato gerador, apenas, a utilização efetiva de serviço público específico e divisível, efetivamente prestado ao contribuinte.
 - III. pelos Estados, no âmbito de suas atribuições, têm como fato gerador, dentre outros, a utilização potencial de serviço público específico e divisível, posto à disposição do contribuinte.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
15. Conforme o disposto na Lei Complementar nº 87/1996, o contribuinte do ICMS é
- (A) o depositário a qualquer título, na hipótese em que receber mercadoria para depósito, sem a prévia retenção do imposto relativo às operações seguintes.
 - (B) o armazém geral, na hipótese de transmissão de propriedade de mercadoria nele depositada, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
 - (C) a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade.
 - (D) a pessoa, ainda que sem habitualidade ou volume, adquira máquinas e equipamentos usados, de uso industrial, para uso na construção civil.
 - (E) a pessoa física ou jurídica, quando seus atos e omissões dificultarem a fiscalização ou concorrerem para o não recolhimento do tributo.



16. A Lei Complementar nº 87/1996 estabelece regras para a definição da base de cálculo do ICMS. Conforme esta lei, a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária, será
- (A) o preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, quando existir tal preço.
 - (B) o preço final a consumidor, único ou máximo, fixado por órgão público competente, quando a lei estadual assim permitir.
 - (C) a obtida pelo somatório dos valores da operação própria, do seguro, do frete e do lucro presumido, calculado com base nos percentuais fixados na lei do Imposto de Renda, em relação às operações ou prestações subsequentes.
 - (D) fixada, livremente, em cada Estado, conforme critério definido na respectiva lei estadual ou em convênio.
 - (E) o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes.
-
17. A Lei Complementar nº 24/1975 estabelece regras para a aprovação de convênios e concessão de benefícios relativos ao ICMS. Conforme esta lei,
- (A) os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.
 - (B) as regras nela previstas não se aplicam às extensões das isenções vigentes antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.
 - (C) quaisquer benefícios fiscais concedidos pela legislação estadual, sem prévia aprovação por convênio, serão considerados regulares, se não forem contestados na primeira reunião subsequente do Confaz.
 - (D) seus dispositivos não se aplicam aos benefícios fiscais concedidos a estabelecimentos localizados na Região Norte, inclusive aos localizados na Zona Franca de Manaus.
 - (E) considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressamente ratificado pelo Poder Executivo de, no mínimo, três quintos das unidades da federação.
-
18. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Conforme esta lei,
- (A) não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado nela previsto, a pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 33% do capital de outra empresa.
 - (B) consideram-se microempresas, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
 - (C) considera-se receita bruta, para fins de enquadramento no Simples Nacional, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, incluídas as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e a receita financeira auferida.
 - (D) a microempresa ou empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual nela estabelecido, fica excluída, desde o dia 1º de janeiro do mesmo ano, do tratamento jurídico diferenciado nela previsto, *ex lege*, e independentemente de prévia notificação.
 - (E) não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado nela previsto, a pessoa jurídica cuja atividade preponderante seja a de Banco Comercial, a de Atacadista Exportador ou a de Empresa de Transporte Aéreo ou Marítimo.

Legislação Tributária Estadual

19. Conforme o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, o ICMS NÃO incide
- (A) nas saídas internas ou interestaduais de broches, tiaras, colares ou outros artefatos de ouro, puro ou em liga.
 - (B) nas operações com polietileno, policloreto de polivinila e seus derivados.
 - (C) nas operações de transferências de mercadorias decorrentes da alteração de propriedade de estabelecimento industrial ou comercial, cuja causa tenha sido a fusão de empresas no Estado.
 - (D) na prestação de serviço de transporte de pessoas entre regiões metropolitanas.
 - (E) nas operações com livros, tintas e seus equipamentos de impressão.



20. No que se refere aos incentivos e benefícios fiscais, o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, estabelece que
- (A) sua fruição depende de o contribuinte ou o responsável possuir certidão negativa estadual e federal, dentro do prazo de validade.
 - (B) a remissão e a transação não são consideradas incentivos, embora possam ser benefícios.
 - (C) se a isenção ou o crédito outorgado estiver condicionado à utilização ou a alguma destinação específica a ser dada à mercadoria, o remetente ficará sujeito ao pagamento do imposto, caso o destinatário não a utilize ou não lhe dê a destinação prevista na legislação.
 - (D) a concessão de benefício não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias.
 - (E) as mercadorias isentas de ICMS estão isentas do ITCD também, quando a empresa for doadora.
-
21. Quanto ao diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, estabelece que o
- (A) diferimento concedido às operações com mercadorias também se aplica ao serviço de transporte destas.
 - (B) remetente de mercadoria, em operação sujeita ao diferimento, deverá indicar o valor do ICMS em campo próprio (destacar o ICMS), hipótese em que caberá ao destinatário pagar o imposto.
 - (C) diferimento se encerra, em regra, na saída de insumo com destino a estabelecimento industrial.
 - (D) diferimento do imposto é aplicável às saídas de albumina ou melamina, com destino a exportação direta.
 - (E) estabelecimento teleintensivo poderá receber mercadorias destinadas a prestação do serviço com diferimento, nas operações internas.
-
22. No que se refere a Base de Cálculo do ICMS, e considerando o disposto no Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, a base de cálculo do imposto,
- (A) nas operações com energia elétrica, é o valor de custo da energia no mercado atacadista local.
 - (B) nas operações de saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, é o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão de obra e acondicionamento.
 - (C) nas operações de saída interestadual, na falta do valor da operação, é o preço CIF a vista ao consumidor final, se o remetente for varejista.
 - (D) nas prestações sem preço determinado, é o valor corrente do serviço, no mercado nacional, conforme divulgado em Ato Cotepe.
 - (E) nos casos de transporte e entrega de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal, é o valor definido pelo Agente Fiscal, sendo vedado ao agente público arbitrar valores ou abater recolhimentos realizados no período.
-
23. Conforme o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, estão sujeitas à alíquota de 25% as
- (A) operações internas e de exportação, com armas e munições.
 - (B) prestações interestaduais onerosas de serviço de comunicação, via telégrafo com fio ou fibra óptica, com linha direta e ininterrupta, destinadas a estabelecimento atacadista e varejista de comércio eletrônico.
 - (C) operações de saídas interestaduais de álcool em gel e gasolina, destinadas a empresa de transporte de alimentos frescos.
 - (D) prestações internas onerosas de serviço de transporte de valores, bebidas e fumo.
 - (E) operações internas de fornecimento de energia elétrica para consumidor residencial, acima de 750 quilowatts/hora.
-
24. Conforme o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, NÃO dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços
- (A) para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior ou conforme estabelece a Constituição Federal, se houver disposição expressa em sentido contrário da legislação.
 - (B) quando se tratar de veículo destinado a transporte de mercadorias vendidas no varejo.
 - (C) acobertados por Documento Fiscal Eletrônico (DF-e), se ausente a primeira via, devidamente carimbada no Posto Fiscal de fronteira.
 - (D) destinadas a utilização, como insumo, de produto que, sabidamente, em momento posterior, será exportado para o exterior sem pagar o imposto.
 - (E) quando as mercadorias recebidas forem destinadas a vendas para o Governo Estadual ou Municipal ou para suas autarquias.



25. Os estabelecimentos de contribuinte do ICMS são obrigados à escrituração fiscal. Conforme o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, tal escrituração deve
- (A) ser realizada, em regra, até o dia 12 do segundo mês subsequente ao mês a que ela se refere, e abrangerá, no mínimo, os seguintes livros de registro: Saída, Chegada, Perda, Partida e Apuração do ICMS.
 - (B) indicar, no Livro Registro de Entradas, as diferenças observadas, apuradas pelo contribuinte, que serão lançadas no quadro “Débito do Imposto”, com a expressão “Diferenças de Entradas – Valores Apurados”.
 - (C) apurar, no Livro Registro de Saídas, os totais acumulados das mercadorias saídas no período, em unidades, em quilogramas (pesos), e em reais, utilizando, para essas medidas, até duas casas decimais.
 - (D) apurar, no Livro Registro de Perdas, a quantidade e o tipo de mercadorias perdidas, bem como o número e série dos documentos fiscais extraviados ou não localizados.
 - (E) indicar, no Livro Registro de Apuração do ICMS, entre outros valores, o valor do imposto a recolher ou o valor do saldo credor a transportar para o mês seguinte.
-
26. O Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, estabelece disciplina para a geração e envio do arquivo digital da EFD. Conforme esse Regulamento,
- (A) antes do envio do arquivo à Receita Estadual, o contribuinte pode contratar os serviços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para validação e assinatura do arquivo, ou pode contratar uma empresa privada, de sua preferência e por sua conta e risco, para fazer isto, em substituição ao PVA-EFD.
 - (B) o arquivo, ao ser recebido, será considerado regular, se estiver em ordem, e irregular, se os dados não puderem ser comprovados por documentos hábeis.
 - (C) o arquivo digital da EFD, gerado pelo contribuinte, deverá ser submetido à validação de consistência de leiaute efetuada pelo *software* denominado Programa de Validação e Assinatura da Escrituração Fiscal Digital – PVA-EFD.
 - (D) consideram-se escriturados os livros e os documentos contidos no arquivo digital, no momento em que o computador do emitente finalizar o envio.
 - (E) o arquivo digital enviado, antes de ser recebido, passará pelas seguintes verificações: regularidade fiscal do autor, existência de débito inscrito em nome do autor, integridade do arquivo e existência de outro arquivo com o mesmo conteúdo.
-
27. A remessa de mercadoria para a Zona Franca de Manaus – ZFM tem um tratamento especial. Conforme o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, nestas saídas
- (A) não incidirá o ICMS, desde que o remetente emita a Nota Fiscal indicando, no campo próprio, o código de internação na ZFM, gerado pela SUFRAMA.
 - (B) com isenção, o remetente deverá conceder desconto equivalente a 20% do valor da mercadoria, e não cobrar o valor do frete.
 - (C) com redução de base de cálculo, o remetente deverá conceder desconto não inferior a 15% no preço da mercadoria e fazer constar a cláusula de satisfação (satisfação garantida, ou seu dinheiro de volta, em até 30 dias da data da entrega).
 - (D) com isenção, o remetente mencionará, na Nota Fiscal, no campo “Informações Complementares”, além das indicações exigidas pela legislação, o número de inscrição do estabelecimento destinatário na SUFRAMA e o código de identificação da repartição fiscal a que estiver subordinado o seu estabelecimento.
 - (E) com ou sem isenção, o remetente deverá conservar, pelo prazo de 8 anos, os documentos relativos ao transporte das mercadorias, assim como o documento expedido pela SUFRAMA, relacionado com o internamento das mercadorias.
-
28. Na saída de mercadoria a título de consignação mercantil, o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, determina que
- (A) não incidirá o ICMS por ocasião da remessa, mas, se e quando a mercador for vendida, o ICMS deverá ser pago com correção monetária, calculada desde a data da remessa até a data da venda.
 - (B) o consignante emitirá Nota Fiscal, por ocasião da venda da mercadoria remetida em consignação, sem destaque do ICMS e do IPI, e contendo, dentre outros requisitos, a informação da natureza da operação como sendo “Venda”, o valor dessa operação de venda, e, se for o caso, o valor relativo ao reajuste do preço.
 - (C) o consignatário emitirá, por ocasião da venda da mercadoria remetida em consignação, Nota Fiscal contendo a expressão “Venda de mercadoria recebida em consignação”, com destaque do ICMS e indicação do cálculo do imposto e da correção monetária.
 - (D) o consignatário deve registrar a Nota Fiscal de remessa na coluna “Isentas”, ainda que o imposto tenha sido indicado no documento fiscal para fins de controle, por ocasião do recebimento da mercadoria.
 - (E) o consignatário lançará a Nota Fiscal no livro Registro de Consignações, debitando-se e creditando-se do valor do imposto, antes de efetuar a remessa.



29. Dentre as situações passíveis de se encontrar durante a atividade de fiscalização, temos a de identificação de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal. Conforme o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, a mercadoria deverá ser
- (A) retida para verificação, quando constatado o transporte de mercadorias sem o devido pagamento do imposto, nos termos da legislação.
 - (B) retida, por até 5 dias, e depois enviada para o programa Fisco Solidário, sempre que for encontrada em trânsito, no território do Estado, sem Nota Fiscal eletrônica, selo de autenticidade e autorização de circulação.
 - (C) retida para avaliação e posterior leilão, sempre que o remetente ou o destinatário não apresentar o comprovante de recolhimento do ICMS ao Estado do Maranhão, em até 2 horas, contadas do momento da localização da mercadoria.
 - (D) liberada imediatamente, ainda que sem os documentos fiscais, quando se tratar de produto cuja importação, venda ou circulação, seja proibida em todo o território nacional.
 - (E) expedida por empresas rodoviárias, aéreas, ferroviárias, marítimas ou fluviais, até o Posto Fiscal mais próximo, onde ficará armazenada, às expensas do remetente, até que apresente a prova de sua condição de proprietário ou possuidor a justo título.

30. No que se refere à possibilidade de transação com órgãos públicos, o Regulamento do ICMS – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714/2003, estabelece que
- (A) os órgãos públicos são proibidos de transacionar entre si ou com agentes privados nos estabelecimentos públicos ou privados, exceto nos casos expressamente previstos na lei civil, e fora do horário do expediente.
 - (B) o agente público, sob pena de responsabilidade funcional, deverá declarar o sujeito passivo remisso em até 15 dias, contados da prática do ato, fato ou omissão que tornar a decisão irrecorrível.
 - (C) a proibição de os devedores do imposto, inclusive os fiadores declarados remissos, transacionarem com as repartições públicas ou autárquicas estaduais não se aplica quando se tratar de pagamento do imposto pelo contribuinte.
 - (D) a lista dos remissos será atualizada mensalmente e afixada no local próprio, em todos os Municípios do Estado, para dar publicidade a quem possa interessar.
 - (E) nenhuma certidão de dívida ativa será extraída sem que tenha sido previamente promovida a respectiva execução fiscal.

31. Suponha que as operações com determinadas mercadorias estejam sujeitas ao pagamento do imposto, pelo regime de Substituição Tributária – ST, com retenção antecipada do imposto devido nas operações subsequentes, no momento da entrada interestadual, em caráter terminativo. Considere, ainda, que o valor da operação a consumidor final seja determinado mediante o uso de Índice de Valor Adicionado – IVA e que a alíquota aplicável na operação interna a consumidor final seja de 17% do valor da operação.

Considere, também, que, em um determinado período de apuração, o estabelecimento comercial atacadista “Tem de Tudo”, localizado em determinado Estado da Região Nordeste, tenha recebido, em operação interestadual, para revenda, as seguintes mercadorias:

- I. 12 unidades do produto “A”, por R\$ 50,00 cada, com IVA-A de 33%;
- II. 6 unidades do produto “B”, por R\$ 25,00 cada, com IVA-B de 50%, e
- III. 24 unidades do produto “C”, por R\$ 40,00 cada, com IVA-C de 100%.

Considere, ainda, que a mercadoria “A” era de fabricação nacional e proveniente de São Paulo, que a mercadoria “B” era importada e proveniente do Ceará, e que a mercadoria “C” era de fabricação nacional e proveniente do Pará. Adote as alíquotas interestaduais de 7%, 4% e 12%, respectivamente.

Com os dados fornecidos e utilizando subsidiariamente o disposto do Regulamento do ICMS do Estado do Maranhão, o valor do ICMS-ST a ser retido a favor do Estado de destino, pela soma das três operações, será de

- (A) R\$ 175,20.
- (B) R\$ 325,11.
- (C) R\$ 163,20.
- (D) R\$ 500,31.
- (E) R\$ 337,11.

32. De acordo com a Lei estadual nº 7.799/2002, o(s) contribuinte(s) do ITCD devido ao Estado do Maranhão, nas

- (A) instituições de usufruto, é o usufrutuário.
- (B) transmissões *causa mortis* com testamento, são o testamenteiro e o legatário.
- (C) cessões de direito onerosas, é o cessionário.
- (D) doações, é o doador, quando o donatário tiver domicílio fora do território nacional.
- (E) transmissões *causa mortis*, são o herdeiro, o inventariante ou o legatário.



33. De acordo com a Lei estadual nº 7.799/2002, a alíquota do ITCD poderá ser de

- I. 1%, nas instituições *inter vivos* onerosas, de usufruto sobre bens móveis.
- II. 1,5%, nas transmissões *causa mortis* de bens.
- III. 2%, nas instituições *inter vivos* gratuitas, de usufruto sobre bens imóveis.
- IV. 3%, nas doações de bens.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III.

34. No final do ano de 2015, Ricardo, domiciliado em São José de Ribamar/MA, era proprietário dos seguintes veículos automotores fabricados no Brasil: I – uma motocicleta de marca renomada, adquirida nova, em 2012; II – uma caminhonete cabine simples, usada, adquirida em 12 de fevereiro de 2015, de pessoa natural domiciliada no Estado do Ceará; e III – um veículo de passeio, adquirido em 20 de maio de 2015, novo, de revendedora maranhense.

A caminhonete, antes de ser adquirida por Ricardo, estava registrada e licenciada no Estado do Ceará, inexistindo comprovação de que o IPVA devido no exercício de 2015 tenha sido pago àquele Estado.

Com base nas normas da Lei estadual nº 7.799/2002 e do Decreto estadual nº 20.685/2004, os fatos geradores do IPVA devido em 2015, relativamente à motocicleta, à caminhonete e ao veículo de passeio, ocorreram, respectivamente, em

- (A) I – 1º de janeiro, II – em 1º de fevereiro, e III – em 1º de maio.
- (B) I – 1º dia útil de janeiro, II – na data de sua aquisição por Ricardo, por se tratar especificamente de caminhonete cabine simples, e III – em 1º de junho.
- (C) I – 1º de janeiro, II – em 1º de março, e III – em 1º de junho.
- (D) I – 1º de janeiro, II – na data de sua aquisição por Ricardo, e III – na data de sua aquisição por Ricardo.
- (E) I – 1º dia útil de janeiro, II – em 1º de fevereiro, e III – em 1º de maio.

35. No tocante à fiscalização e à arrecadação do IPVA, bem como no que diz respeito à distribuição do produto dessa arrecadação, a Lei estadual nº 7.799/2002 e o Decreto estadual nº 20.685/2004 estabelecem que

- (A) o Poder Legislativo poderá firmar convênios com a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça e Cidadania, para efeito de fiscalização e tributação dos automóveis de propriedade de contribuintes maranhenses, que estejam registrados e licenciados em outros Estados.
- (B) o Poder Executivo poderá firmar convênios com o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, para efeito de controle e cadastramento dos automóveis, visando a tributação dos referidos veículos.
- (C) a fiscalização do IPVA compete ao órgão da Receita Estadual, em articulação com a Polícia Militar do Estado e a Polícia Rodoviária Federal.
- (D) 50% do produto da arrecadação do imposto, excluídos os acréscimos correspondentes, constituirá receita do Município onde estiver localizado o estabelecimento matriz da pessoa jurídica.
- (E) a arrecadação do IPVA compete aos órgãos das Receitas do Estado e dos Municípios maranhenses, vedada a articulação com o Departamento Estadual de Trânsito.

Contabilidade Geral

36. A Cia. Compra & Revende realizou as seguintes vendas de mercadorias, em 01/06/2016:

- Vendas à vista: R\$ 2.000.000,00.
- Vendas realizadas no longo prazo: R\$ 3.517.735,94 (valor nominal).

A taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo foi 1% ao mês e o valor presente da venda realizada a prazo, na data da venda, era R\$ 3.000.000,00.

Com base nestas informações e na regulamentação vigente, a Cia. Compra & Revende reconheceu, no momento da venda, receita de vendas, em reais, de

- (A) 5.000.000,00.
- (B) 5.517.735,94.
- (C) 5.000.000,00 e Receita Financeira de R\$ 517.735,94.
- (D) 5.000.000,00 e Receita Financeira de R\$ 30.000,00.
- (E) 5.517.735,94 e Receita Financeira a apropriar de R\$ 517.735,94.



37. A Cia. Vende Tudo apresentava em seu Balancete de 31/12/2015 as seguintes contas de resultado com os respectivos saldos: Receita Bruta de Vendas: R\$ 740.000,00; Devolução de Vendas: R\$ 25.000,00; Abatimento sobre Vendas: R\$ 10.000,00; Frete sobre Vendas: R\$ 6.000,00; Custo das Mercadorias Vendidas: R\$ 340.000,00; Comissões sobre Vendas: R\$ 14.000,00; Impostos sobre Vendas: R\$ 130.000,00; Despesa com Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00. Com base nessas informações, o Lucro Bruto que a Cia. Vende Tudo apurou em 2015, foi, em reais, de
- (A) 270.000,00.
(B) 400.000,00.
(C) 365.000,00.
(D) 235.000,00.
(E) 340.000,00.

38. A Cia. Máquinas Pesadas adquiriu, em 31/12/2013, um equipamento por R\$ 680.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2014, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 50.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Máquinas Pesadas, em 31/12/2015, foi, em reais, de
- (A) 60.000,00.
(B) 78.750,00.
(C) 84.000,00.
(D) 67.500,00.
(E) 70.000,00.

39. O Valor Recuperável de um determinado ativo é o
- (A) menor entre o seu valor de reposição e o seu custo histórico.
(B) menor entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu custo histórico.
(C) menor entre o seu valor realizável líquido e o seu valor contábil.
(D) maior entre o seu valor justo líquido das despesas de venda e o seu valor em uso.
(E) maior entre o seu valor em uso e o seu valor contábil líquido.

40. Determinada empresa aplicou R\$ 180.000,00 em ativos financeiros, sendo R\$ 70.000,00 em títulos classificados como mantidos até o vencimento e R\$ 110.000,00 em títulos classificados como mantidos para negociação imediata. As aplicações foram efetuadas no dia 01/07/2016 e todos os títulos remuneram à taxa de juros compostos de 2% ao mês. Em 31/07/2016, os valores justos dos títulos no mercado eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/07/2016 (R\$)
Mantidos até o vencimento	73.000,00
Mantidos para negociação imediata	108.000,00

Os valores apresentados no Balanço Patrimonial de 31/07/2016, para os títulos classificados como Mantidos até o Vencimento e para os Mantidos para Negociação Imediata foram, respectivamente, em reais,

- (A) 73.000,00 e 108.000,00.
(B) 71.400,00 e 112.200,00.
(C) 73.000,00 e 112.200,00.
(D) 71.400,00 e 110.000,00.
(E) 71.400,00 e 108.000,00.



41. A Cia. Rex adquiriu mercadorias para serem comercializadas e desembolsou os seguintes valores:

Mercadorias: R\$ 660.000,00, valor líquido dos tributos

Frete para transporte até a empresa: R\$ 10.000,00, valor líquido dos tributos

Seguro das mercadorias: R\$ 5.000,00

Tributos recuperáveis: R\$ 65.000,00

Tributos não recuperáveis: R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, o valor das mercadorias adquiridas reconhecido como Estoque da Cia. Rex foi, em reais, de

- (A) 660.000,00.
- (B) 715.000,00.
- (C) 780.000,00.
- (D) 675.000,00.
- (E) 740.000,00.

42. A Cia. Cristalina reconheceu os seguintes eventos durante o mês de julho de 2016:

- I. Apurou Lucro Líquido no valor de R\$ 50.000,00.
- II. Emitiu novas ações com ágio que foram integralizadas pelos acionistas da empresa.
- III. Recebeu em doação um galpão com restrições a serem cumpridas.
- IV. Aumentou o Capital Social com Reservas de Lucros no valor de R\$ 30.000,00.
- V. Distribuiu Dividendos Obrigatórios.
- VI. Constituiu Reserva de Incentivos Fiscais.

Os eventos que alteraram o Patrimônio Líquido da Cia. Cristalina, em julho de 2016, foram APENAS os constantes em

- (A) V e VI.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) III, IV e VI.

43. A Cia. Invest apresentava, em 01/01/2015, as participações societárias, cujas informações estão na tabela abaixo:

Empresa	Classificação	Percentual de Participação no Capital Total da Investida	Resultado da Investida em 2015
A	Coligada	30%	Prejuízo Líquido de R\$ 100.000,00
B	Controlada	70%	Lucro Líquido de R\$ 500.000,00
C	Sem influência significativa	10%	Lucro Líquido de R\$ 200.000,00

As empresas A, B e C possuíam apenas ações ordinárias e não existiam resultados não realizados entre a Cia. Invest e suas investidas. Com base nessas informações, o Resultado de Equivalência Patrimonial apurado pela Cia. Invest em 2015 foi, em reais, de

- (A) 350.000,00.
- (B) 320.000,00.
- (C) 340.000,00.
- (D) 600.000,00.
- (E) 370.000,00.



44. A Cia. Olímpica apresentava em 30/06/2016 as seguintes contas com os respectivos saldos:

Contas	Valores em R\$
Disponível.....	75.000
Duplicatas a Receber (em até 120 dias).....	80.000
Receita Bruta de Vendas.....	750.000
Capital Social.....	350.000
Empréstimos a Pagar (em 31/12/2018).....	130.000
Estoques de Mercadorias (realizável dentro do ciclo operacional).....	80.000
Impostos sobre Vendas.....	70.000
Custo das Mercadorias Vendidas.....	230.000
Aplicações Financeiras (resgate imediato).....	330.000
Fornecedores (pagamento em 60 dias).....	150.000
Despesa com Salários.....	50.000
Máquinas e Equipamentos (para uso na atividade).....	500.000
Adiantamento a Fornecedores (a ser realizado em 60 dias).....	30.000
Investimentos Permanentes em Coligadas.....	60.000
Adiantamento de Clientes (a ser cumprido em 30 dias).....	50.000
Depreciação Acumulada.....	40.000
Impostos a Recolher (em 90 dias).....	60.000
Impostos a Recuperar (em 2 anos).....	30.000
Contas a Pagar (em 50 dias).....	20.000
Despesa Financeira.....	15.000
Despesa de Depreciação.....	35.000
Reserva Legal.....	50.000
Dividendos a Pagar (em 3 meses).....	30.000
Resultado de Equivalência Patrimonial (positivo).....	10.000
Ações em Tesouraria.....	33.000
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa.....	4.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial (devedora).....	40.000
Reserva de Incentivos Fiscais.....	15.000
Despesa com Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa.....	3.000
Abatimento sobre Vendas.....	8.000
Lucro na Venda de Terreno.....	10.000

Com base nessas informações, é correto afirmar que o

- (A) Ativo Circulante é R\$ 595.000,00.
- (B) Passivo Circulante é R\$ 440.000,00.
- (C) Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro é R\$ 359.000,00.
- (D) Patrimônio Líquido é R\$ 767.000,00.
- (E) Ativo Não Circulante é R\$ 520.000,00.

45. Determinada empresa comercial apresentava os seguintes saldos:

- Estoque inicial de 2015: R\$ 50.000,00
- Estoque final de 2015: R\$ 70.000,00
- Saldo inicial de Fornecedores de 2015: R\$ 80.000,00
- Saldo final de Fornecedores de 2015: R\$ 30.000,00
- Custo das Mercadorias Vendidas em 2015: R\$ 830.000,00

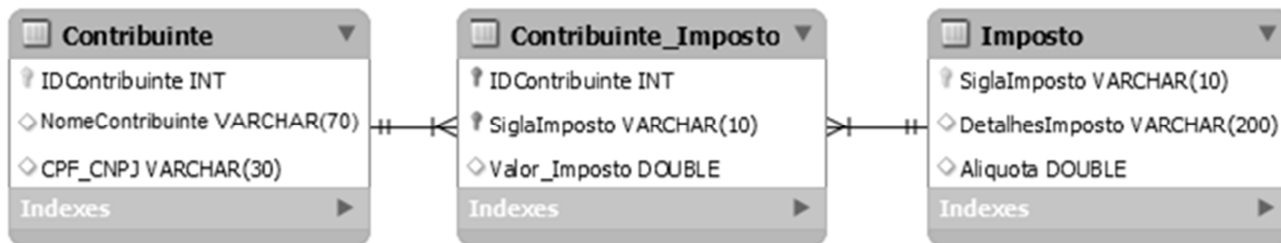
Sabendo que a empresa apenas compra e revende os produtos, que a conta Fornecedores foi utilizada apenas para o registro das compras, as quais são realizadas todas a prazo e que não há tributos recuperáveis nas compras realizadas, o valor dos pagamentos realizados aos fornecedores em 2015 foi, em reais, de

- (A) 900.000,00.
- (B) 850.000,00.
- (C) 880.000,00.
- (D) 860.000,00.
- (E) 50.000,00.



Tecnologia da Informação

Atenção: Para responder às questões de números 46 a 49, considere a figura abaixo.



Considere que na tabela *Contribuinte* estão cadastrados os seguintes dados:

IDContribuinte	NomeContribuinte	CPF_CNPJ
1	Paulo da Silva	154.246.037-12
2	Maria Pereira	143.172.129-50

46. Com relação ao Modelo Entidade-Relacionamento, mostrado na figura, é correto afirmar que
- (A) a entidade *Contribuinte_Imposto* infringe a segunda forma normal, pois o atributo *Valor_Imposto* é dependente apenas de parte da chave primária composta.
 - (B) o atributo *CPF_CNPJ* deve ser colocado na entidade *Contribuinte_Imposto*, pois está relacionado com o imposto que o contribuinte deve pagar.
 - (C) a tabela *Contribuinte_Imposto* é desnecessária, já que as tabelas *Contribuinte* e *Imposto* podem se relacionar diretamente com cardinalidade n:n.
 - (D) ambos os relacionamentos são identificados e usam a notação Crow's Foot, popularmente conhecida como pé de galinha.
 - (E) ambos os relacionamentos são não identificados, pois as chaves primárias das entidades *Contribuinte* e *Imposto* formam a chave primária composta da entidade *Contribuinte_Imposto*.

47. Após as tabelas *Imposto* e *Contribuinte* terem sido criadas, para criar a tabela *Contribuinte_Imposto* deve ser utilizada a seguinte instrução SQL:

```
CREATE TABLE Contribuinte_Imposto (IDContribuinte INT NOT NULL, SiglaImposto VARCHAR(10) NOT NULL, Valor_Imposto DOUBLE, PRIMARY KEY (IDContribuinte, SiglaImposto), .....);
```

A lacuna **I** é corretamente preenchida por:

- (A) FOREIGN KEY (IDContribuinte) EXTENDS Contribuinte (IDContribuinte), FOREIGN KEY (SiglaImposto) EXTENDS Imposto (SiglaImposto)
- (B) FOREIGN_KEY (IDContribuinte) CONSTRAINT Contribuinte (IDContribuinte), FOREIGN_KEY (SiglaImposto) CONSTRAINT Imposto (SiglaImposto)
- (C) FOREIGN KEY (IDContribuinte) REFERENCES Contribuinte (IDContribuinte), FOREIGN KEY (SiglaImposto) REFERENCES Imposto (SiglaImposto)
- (D) FOREIGN KEY (IDContribuinte, Contribuinte), FOREIGN KEY (SiglaImposto, Imposto)
- (E) REFERENCES Contribuinte (IDContribuinte) FOREIGN KEY, REFERENCES Imposto (SiglaImposto) FOREIGN KEY

48. Trabalhando com o SQL Server 2012, foi utilizado um comando SQL cujo resultado mostrou apenas os seguintes dados:

Dígito
12
50

O comando digitado foi

- (A) SELECT RIGHT(CPF_CNPJ, 2) AS Dígito FROM Contribuinte;
- (B) SELECT SUBSTRING(CPF_CNPJ, 12,2) AS Dígito FROM contribuinte;
- (C) SELECT RTL(CPF_CNPJ, 2) AS Dígito FROM contribuinte;
- (D) SELECT SUBSTRING(CPF_CNPJ, RIGHT, -2) AS Dígito FROM contribuinte;
- (E) SELECT SUBSTR(CPF_CNPJ, 14,2) AS Dígito FROM contribuinte;



49. Para excluir o contribuinte cujo conteúdo do campo CPF_CNPJ é 143.172.129-50 utiliza-se a instrução SQL:

- (A) DELETE FROM Contribuinte WHERE CPF_CNPJ = 143.172.129-50;
- (B) DELETE FROM Contribuinte WHERE CPF_CNPJ = '143.172.129-50';
- (C) DELETE FROM Contribuinte WHERE CPF_CNPJ = "143.172.129-50" && IDContribuinte = 2;
- (D) DELETE * FROM Contribuinte WHERE CPF_CNPJ = 143.172.129-50;
- (E) DELETE * FROM Contribuinte WHERE CPF_CNPJ LIKE 143.172.129-50;

50. O Oracle fornece um comando que é capaz de atualizar, inserir ou remover dados de modo condicional em uma tabela de banco de dados. Trata-se do comando

- (A) IFOPERATION.
- (B) TRUNCATE.
- (C) MERGE.
- (D) IFCONSTRAINT.
- (E) PURGE.

51. Na matemática, para calcular uma das raízes de uma equação de 2^o grau utiliza-se a fórmula abaixo:

$$x1 = \frac{-b + \sqrt{\text{delta}}}{2 * a}$$

Em um programa escrito na linguagem Java, considerando que as todas as variáveis indicadas foram declaradas como sendo do tipo *double*, a forma correta de escrever esta fórmula é:

- (A) x1 = -b + Calc.sqrt(delta) / 2 * a;
- (B) x1 = (-b + Math.pow(delta)) / 2 * a;
- (C) x1 = (-b + sqrt(delta)) / 2 * a;
- (D) x1 = (-b + delta^2) / (2 * a);
- (E) x1 = (-b + Math.sqrt(delta)) / (2 * a);

52. Na programação orientada a objetos utilizam-se conceitos como classes, objetos e métodos. Na linguagem Java, um método

- (A) não pode ser sobrecarregado na mesma classe.
- (B) pode receber parâmetros de tipos diferentes.
- (C) pode ser sobrescrito na mesma classe.
- (D) deve ser abstrato nas classes, mas não nas interfaces.
- (E) pode receber parâmetros, mas não pode retornar valores.

53. Considere os seguintes comandos da linguagem Java:

```
boolean f, g, h;  
int b = 1, a = 2, c = 10, d = 5;  
f = !((a + c) != (d + d + a));  
g = ((a + d) <= (c - d) || (c - d) > (a * d));  
h = !((c/d-b*a)<(a+d) && (c/a)>(a+b));
```

Os valores que serão armazenados nas variáveis f, g e h são, respectivamente,

- (A) true, true e true.
- (B) false, false e true.
- (C) true, false e false.
- (D) true, false e true.
- (E) false, true e false.



54. Considere o algoritmo abaixo, na forma de pseudocódigo.

```

ALGORITMO P001
VAR A, N, C: INTEIRO
INÍCIO
    N ← 5
    C ← 1
    I
    .....
    ENQUANTO (C <=N) FAÇA
        II
        .....
        III
        .....
    FIM_ENQUANTO
    IMPRIMA (A)
FIM
    
```

Para que o algoritmo calcule o fatorial de N, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

	I	II	III
A	$A \leftarrow 0$	$A \leftarrow A * C$	$C \leftarrow C + 1$
B	$A \leftarrow 0$	$A \leftarrow A + C$	$C = C++$
C	$A \leftarrow 2$	$A \leftarrow A * C$	$C++$
D	$A \leftarrow 1$	$A \leftarrow A * C$	$C \leftarrow C + 1$
E	$A \leftarrow 0$	$A \leftarrow A * C$	$C = C++$

55. Em uma variável que usa 1 byte de memória para armazenar dados inteiros em programas de computadores armazena-se o valor

- (A) 127.
- (B) 256.
- (C) 32560.
- (D) 512.
- (E) -129.

56. As transações eletrônicas necessitam da adoção de mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, integridade e confidencialidade. Os algoritmos de criptografia de chave pública permitem garantir, para as informações por eles protegidas,

- (A) tanto a autenticidade quanto a integridade.
- (B) somente a autenticidade.
- (C) tanto a confidencialidade quanto a autenticidade.
- (D) autenticidade, confidencialidade, integridade e veracidade.
- (E) somente a confidencialidade.



57. Considere o texto a seguir:

Para comprovar uma assinatura digital é necessário inicialmente: **I**. Se forem iguais, a assinatura está correta, o que significa que foi gerada pela chave privada corresponde à chave pública utilizada na verificação e que o documento está íntegro. Caso sejam diferentes, a assinatura está incorreta, o que significa que pode ter havido alterações no documento ou na assinatura pública.

(<https://www.oficioeletronico.com.br/Downloads/CartilhaCertificacaoDigital.pdf>)

A lacuna **I** é corretamente preenchida por

- (A) comparar a chave pública do signatário com a chave pública do receptor.
- (B) calcular o *hash* do documento e decifrar a assinatura com a chave pública do signatário.
- (C) verificar se a chave pública do signatário equivale ao *hash* do documento assinado.
- (D) calcular a sequência de números primos do documento e descriptografá-lo usando a chave privada do signatário.
- (E) comparar a chave privada do signatário com a chave privada do receptor.

58. Um *cracker* passou a controlar diversos computadores remotamente após infectá-los com um tipo de programa malicioso chamado *bot*. Por meio desse programa, ele enviou instruções para desferir ataques maciços para tirar de operação serviços, computadores e redes conectadas à internet. Assim, conseguiu enviar grande quantidade de requisições para um serviço, tirando-o de operação. Conseguiu também gerar grande tráfego de dados para uma rede, ocupando toda a banda disponível, até conseguir sua queda. Esse tipo de ataque é conhecido como

- (A) *Ping of Death*.
- (B) *Sniffing*.
- (C) *Spoofing*.
- (D) *Defacement*.
- (E) *DDoS*.

59. Considere, por hipótese, que um Técnico da Receita Estadual foi solicitado a participar da escolha da topologia de uma rede a ser implementada na Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão. O Técnico afirmou, corretamente, que

- (A) na topologia multiponto a falha em uma estação pode levar à parada total do sistema, por isso há relógios de prevenção (*watch-dos-timer*) em cada transmissor.
- (B) a expansão de uma rede em anel é limitada pelo nó central em termos de capacidade de chaveamento e número de nós que podem ser servidos.
- (C) em redes multiponto a estação controladora coordena o tráfego de dados das demais estações subordinadas e este controle é feito através da rotina de atendimento *poll-select*.
- (D) na topologia em estrela as estações são conectadas através de um caminho fechado e muitas das estações remotas não se comunicam diretamente com o computador ou nodo central.
- (E) o desempenho obtido em uma rede em barra depende da quantidade de tempo requerido pelo nodo central para processar e encaminhar mensagens e da carga de tráfego de conexão.

60. O roteador

- (A) executa a mesma função do *bridge* e ainda tem a capacidade de escolher a melhor rota que uma determinada mensagem deve seguir para chegar ao seu *access point*.
- (B) pode ser do tipo ponto a ponto, escolhendo o menor caminho sem considerar congestionamentos ou do tipo multiponto, que faz o caminho mais rápido, mesmo que seja mais longo.
- (C) é responsável por filtrar as mensagens, de forma que somente aquelas endereçadas a ele sejam tratadas, filtrar os erros para que estes não sejam retransmitidos e ampliar o sinal já fraco dando nova força para que chegue ao destino.
- (D) é utilizado para conectar os equipamentos que compõem uma LAN e pode receber vários *bridges*. Possui 32, 64 ou 128 portas e permite interconexões, aumentando sua capacidade final.
- (E) é capaz de interligar várias redes e geralmente trabalha em conjunto com *hubs* e *switches*. Alguns roteadores podem ter mais recursos, como *firewall* e compressão de pacotes de dados.



61. Na camada de aplicação da arquitetura TCP/IP ficam os protocolos responsáveis pela comunicação com as diferentes aplicações. Em um dia de trabalho, um Técnico da Receita Estadual realizou algumas atividades na rede da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão, que é baseada nesta arquitetura:
- I. Fez transferência de arquivos, criou e alterou diretórios da rede;
 - II. Enviou diversas mensagens de *e-mail*;
 - III. Utilizou um navegador *web* para fazer pesquisas em diversas páginas da internet e fazer cotações de equipamentos em *sites* específicos;
 - IV. Digitou o endereço IP de um *site* e obteve o nome deste *site* na WWW;
 - V. Buscou obter informações de gerenciamento e controle dos equipamentos da rede, usando *login* de administrador.

Os protocolos da arquitetura TCP/IP que atuam na camada de aplicação e são responsáveis pelas funções ligadas às atividades de I a V, são correta e respectivamente,

- (A) FTP – SMTP – HTTP – DNS – SNMP.
- (B) TELNET – SNMP – HTTPS – DNS – SMTP.
- (C) FTP – IMAP – TLS/SSL – DHCP – IRC.
- (D) NTP – SMTP – HTTP – DNS – IRC.
- (E) TELNET – POP3 – TLS/SSL – DHCP – SMTP.

62. O advento da tecnologia ^I representou o fim dos hubs, dos repetidores e dos links half-duplex, que foram substituídos pelo uso exclusivo de links full-duplex ponto a ponto entre as estações, switches e roteadores da rede. Também deixou de ser usado o CSMA/CD, sistema de detecção de colisões utilizado nos primeiros padrões Ethernet. Embora ainda vários switches possam ser ligados em cascata com cabos CAT 6a de 100 metros cada para obter distâncias maiores, é melhor utilizar um dos padrões de cabos de fibra óptica quando for necessário atingir distâncias maiores como 10 ou 40 Km.

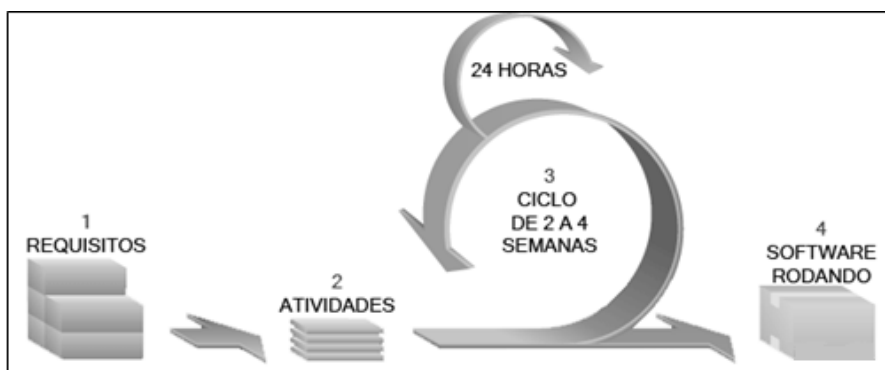
A lacuna I é corretamente preenchida com

- (A) *Fast Ethernet*.
- (B) 1000BASE-CX.
- (C) 1000BASE-T.
- (D) 10 *Gigabit Ethernet*.
- (E) *Gigabit over Copper*.

63. Um Técnico da Receita Estadual foi solicitado para fazer uma atualização do Sistema Operacional (SO) de um dispositivo para o Windows 10. Neste cenário é correto afirmar:
- (A) Os requisitos mínimos do sistema são: processador de 2 GHz ou mais rápido ou SoC; 4 GB de RAM para 32 *bits* ou 8 GB para 64 *bits*; Windows XP, Windows 7 SP1 ou Windows 8.1; placa gráfica DirectX 9 ou posterior com *driver* WDDM 3.0.
 - (B) A capacidade de atualização é determinada por outros fatores além do SO. Isso inclui o suporte a *drivers* e *firmware*, compatibilidade de aplicativos e suporte a recursos, independentemente de o dispositivo atender à especificação mínima do sistema para o Windows 10.
 - (C) Dispositivos com unidades de disco rígido de 100 GB e dispositivos mais antigos com discos rígidos completos podem precisar de espaço de armazenamento adicional para concluir a atualização. O espaço mínimo em disco rígido é de 100 GB para SO de 32 *bits* ou 200 GB para SO de 64 *bits*.
 - (D) Uma conexão com a internet é necessária para executar a atualização, mas como o arquivo do Windows 10 é pequeno (cerca de 500 MB) o processo de atualização é rápido, mesmo em banda estreita.
 - (E) Muitos aplicativos, arquivos e configurações são migrados como parte da atualização. No entanto, alguns aplicativos não são migrados, como é o caso dos *antimalware* e antivírus, que precisam ser novamente reinstalados.



64. Estando em um ambiente em condições ideais com o sistema operacional Windows Server 2012 instalado, um Técnico da Receita Estadual pode, corretamente,
- (A) aproveitar, no máximo, 50% da largura de banda disponível na rede com o uso do SMB Fibre Channel.
 - (B) proteger dados de aplicativos usando a Cópia de Sombra de Volume SMB (SMB *Volume Shadow Copy*) para compartilhamentos de arquivos remotos.
 - (C) criar infraestrutura em nuvem usando recursos do Hyper-V, como o *Virtual Switch* e a medição de recursos. Apenas o recurso *Hyper-V Replica* foi retirado da versão 2012.
 - (D) usar o recurso *Failover Clustering* para que um único computador funcione como um conjunto de computadores, proporcionando expansão e *failover* às máquinas virtuais em *cluster*.
 - (E) usar o *Dynamic Access Encrypt* para aplicar proteção RMS (*Rights Management Services*) usando criptografia TCP/IP para documentos confidenciais do Microsoft Office.
-
65. A Engenharia de Requisitos utiliza algumas técnicas que apoiam as atividades de levantamento de requisitos, sendo a entrevista uma das mais utilizadas. Uma entrevista pode ser estruturada de formas diferentes, como na estrutura em
- (A) diamante, que envolve sessões de *workshop* com os usuários os quais assumem papéis de documentadores, escrevendo os requisitos em *flipcharts*.
 - (B) *brainstorming*, em que inicia-se com perguntas mais genéricas sobre o sistema e finaliza-se com perguntas mais específicas, sendo geralmente utilizada com usuários que desconhecem o assunto.
 - (C) funil, na qual procura-se manter o usuário interessado no assunto e para isto utilizam-se perguntas variadas sobre o sistema, sorteadas com um dado.
 - (D) diamante, na qual os usuários escrevem os requisitos em papel, todos ao mesmo tempo, em uma tempestade de ideias, para estimular requisitos criativos.
 - (E) pirâmide, em que inicia-se com perguntas mais específicas sobre o sistema e finaliza-se com perguntas mais genéricas, sendo geralmente utilizada com usuários mais relutantes.
-
66. A metodologia ágil Scrum é baseada em um ciclo de atividades ilustradas na figura abaixo:



Considerando as atividades de 1 a 4 apresentadas na figura e os fundamentos dos métodos ágeis, é correto afirmar:

- (A) Na atividade 2 a equipe de desenvolvimento define as atividades que devem ser implementadas na *sprint*. Este time utiliza uma divisão funcional através de papéis como programador, gerente do projeto, analista de testes e arquiteto.
- (B) A atividade 1 é o momento em que o Scrum Master ou gerente do projeto é eleito por votação e este realiza o levantamento de requisitos, que devem ser mantidos até o final do projeto.
- (C) A atividade 3 indica que os projetos são divididos em ciclos ou *sprints*, que representam um *time box* dentro do qual um conjunto de atividades deve ser executado e no final deste ciclo haja um produto apresentável para o cliente.
- (D) Na atividade 2 o produto é definido a partir do que o cliente quer. É realizada uma reunião do tipo *Sprint Review*, na qual o projeto é avaliado em relação aos objetivos da *sprint*.
- (E) A atividade 4 indica que o projeto está pronto. Ao chegar neste ponto novas funcionalidades não podem ser incluídas para não conflitar com os requisitos já definidos na atividade 1.



67. A homologação

- (A) é a comprovação, pelo cliente e *stakeholders*, de que o produto resultante do projeto de *software* atende aos critérios previamente estabelecidos com o cliente. Inclui elementos de verificação e de validação do produto e tem como meta principal a obtenção do aceite do produto.
- (B) é um tipo de teste executado pelo cliente no ambiente de operação que resulta em uma lista de erros. Os erros encontrados são corrigidos ou aceitos pelo cliente.
- (C) acontece durante todo o ciclo de desenvolvimento e é considerada finalizada com sucesso apenas quando o *software* funcionar da forma esperada pelo cliente no ambiente de testes.
- (D) tem como objetivo evitar que o cliente identifique erros no produto, por isso ocorre antes que o cliente receba a versão final no ambiente de produção. Uma vez homologado no ambiente do cliente, ajustes não são mais permitidos no produto.
- (E) dá ao cliente a visibilidade da qualidade do *software*. Por isso, segue o padrão CMMI, que propõe a geração de um relatório de exceções que reporta as ocorrências dos testes de homologação, as divergências dos resultados esperados e o plano de ação para que o cliente trate estas exceções.

68. Os projetos são empreendidos para alcançar resultados de negócios estratégicos e, para isto, as organizações adotam processos e procedimentos formais de governança organizacional. De acordo com o PMBOK 5ª edição,

- (A) os critérios de governança organizacional não podem impor restrições aos projetos, pois os projetos entregam serviços que não estão sujeitos à governança organizacional.
- (B) o sucesso do projeto não pode ser julgado com base no nível de apoio à governança organizacional, por isso o gerente de projetos deve participar da definição das políticas de governança.
- (C) se as metas de um projeto estiverem conflitantes com uma estratégia organizacional estabelecida, cabe ao gerente de projetos modificar a estratégia para sempre favorecer o projeto.
- (D) o gerenciamento de projetos se concentra na entrega bem sucedida dos produtos, serviços ou resultados e os projetos são um meio de atingir metas e objetivos organizacionais.
- (E) a estratégia organizacional não deve incluir métricas de desempenho que associem o sucesso de projetos com as metas de desenvolvimento e crescimento, pois os projetos devem ser independentes.

69. Considere que a Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão tenha adotado as práticas de governança de TI do COBIT 5 e espera resultados positivos da aplicação e uso dos habilitadores. Para controlar o desempenho dos habilitadores, as seguintes perguntas terão de ser monitoradas e posteriormente respondidas, periodicamente, com base em indicadores:

- As necessidades **I** foram consideradas?
- As **II** do habilitador foram atingidas?
- O **III** do habilitador é controlado?
- As **IV** foram aplicadas?

Sabendo-se que os dois primeiros itens tratam de indicadores de resultado e os dois últimos tratam de indicadores de progresso, as lacunas de **I** a **IV** são preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) dos clientes – boas práticas – ciclo de vida – metas
- (B) dos clientes – políticas – processo – boas práticas
- (C) das partes interessadas – metas – indicador – políticas
- (D) das partes interessadas – metas – ciclo de vida – boas práticas
- (E) da organização – boas práticas – processo – políticas

70. Devido ao fato de os serviços não serem estocáveis, ou seja, o serviço é consumido assim que é gerado, é importante que seja conhecido o seu comportamento ao longo do tempo para que a quantidade adequada de recursos seja alocada. Como exemplo, considere um *site* de *e-commerce* durante o dia das mães, dia das crianças e o período de Natal. Com certeza o volume de compras é bem maior do que nas datas normais. Sabendo-se o comportamento do serviço, é possível aumentar o estoque de produtos e ampliar a capacidade de acesso ao *site* nestas datas. De acordo com a ITIL v3 edição 2011, o processo responsável pelo entendimento, previsão e influência da necessidade do cliente por serviços é o processo da Estratégia de Serviços denominado Gerenciamento de

- (A) Capacidade.
- (B) Demanda.
- (C) Disponibilidade.
- (D) Configurações e Ativos de TI.
- (E) Nível de Serviço.